

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
UNIDADE UNIVERSITÁRIA CORA CORALINA

Natália Rita de Almeida

“DA CATEQUIZAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO”:
UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO ATRAVÉS DA CRIAÇÃO
DA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA MAUREHI (1990-2010)

GOIÁS-GO
2010

NATÁLIA RITA DE ALMEIDA

“DA CATEQUIZAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO”:
UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO ATRAVÉS DA CRIAÇÃO
DA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA MAUREHI (1990-2010)

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Estadual de Goiás Unidade Universitária Cora Coralina – UEG, como um dos requisitos para a obtenção do grau de licenciatura plena em História.

Orientadora: Prof^ª Dnda. Gislaine Valério de Lima Tedesco.

GOIÁS-GO

2010

FOLHA DE APROVAÇÃO

NATÁLIA RITA DE ALMEIDA

“DA CATEQUIZAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO”: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA MAUREHI (1990-2010)

Monografia apresentada ao curso História da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária Cora Coralina – UEG, como um dos requisitos para a obtenção do grau de licenciatura plena em História.

Aprovada em ____/____/____.

Banca examinadora

Nome do orientador/ instituição

Nome do professor/ instituição

Dedico esse trabalho primeiramente aos meus pais que sempre estão ao meu lado me apoiando, a meu namorado pela paciência, a minha amiga Suzi que acompanha desde o início e a toda a comunidade da aldeia Buridina pela hospitalidade e colaboração para a realização da pesquisa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
I – OS KARAJÁ:UM EXEMPLO DE RESISTÊNCIA CULTURAL....	10
1.1 – Contextualização Histórica.....	10
1.2 Breve Histórico Acerca dos Karajá.....	10
II – O PROJETO INDÍGENA MAUREHI.....	18
2.1 – Projeto de Educação e Cultura Indígena Maurehi.....	18
2.3 – Escola Estadual Indígena Maurehi.....	22
III –A DISCIPLINA INY RUBÉ.....	25
3.1 – A revitalização da cultura através de uma disciplina: Iny Rubé.....	25
3.2 – Os resultados colhidos através da criação da Escola Indígena Maurehi	30
CONCLUSÃO.....	32
REFERÊNCIAS.....	33

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa a Escola Estadual Indígena Maurehi e visa demonstrar a escola como um dos principais elementos de manutenção da cultura Karajá. A escola localiza-se na cidade de Aruanã-Goiás, na aldeia Buridina Mahãdu (povo de Buridina).

O trabalho é dividido em três capítulos, o primeiro faz uma contextualização histórica sobre os Karajá e os primeiros contatos com dita “civilização”, o segundo irá abordar a criação da escola, falando sobre o projeto Maurehi, nome do antigo cacique Jacinto Maurehi, visto pela aldeia como grande incentivador da cultura tradicional Karajá, e por último analisaremos a disciplina Iny rubé, que é o ensino da língua e dos costumes tradicionais.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura, Educação Indígena, Escola.

ABSTRACT

This work focuses on research to Indigenous Maurehi State School and seeks to establish the school as one of the main elements of culture maintenance Karaja. The school is located in the city of Arowana-Goiás, in the village Buridina Mahadu (people Buridina).

The work is divided into three chapters, the first is a historical context about the Karaja and first encounters with so-called "civilization", the second will address the creation of the school, talking about the project Maurehi, name of former chief Jacinto Maurehi since the village as a great supporter of traditional culture Karaja, and finally analyze the discipline Iny rube, which is the teaching of language and traditional customs.

KEY WORDS: Culture, Indigenous Education, School

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a escola Indígena Maurehi, uma escola diferenciada que vive na beira do rio Araguaia e foi aos poucos encurralada pela cidade. No primeiro capítulo faremos uma breve contextualização histórica sobre a criação da cidade com o porto Leopoldina e os conflitos com os Karajá de Buridina (nome da aldeia), além da forma de catequização que foi a primeira forma de trazer os indígenas para a cultura européia, através de choque cultural onde os não-índios dominaram o território. Os índios foram aderindo a cultura do não-índio deixando de lado os costumes tradicionais, que em nosso trabalho abordaremos a cultura dos Karajá de Buridina da cidade de Aruanã.

Logo no segundo capítulo abordaremos o Projeto Indígena Maurehi, que deu origem a criação da Escola Estadual Indígena Maurehi, e um centro de exposições que visa a venda de artesanato Karajá, e também onde são expostas fotos antigas da aldeia. O artesanato é feito pela comunidade indígena e pelas crianças nas aulas de Iny rubé, que é a disciplina que ensina a cultura tradicional Karajá para as crianças. E por fim no terceiro capítulo mostraremos a forma diferenciada de ensinar as crianças por meio de uma disciplina chamada Iny rubé que é o ensino na língua e práticas da cultura Karajá, trabalharemos com fotografias para essas demonstrações.

Os autores utilizados foram Leandro M. Rocha, Maria do Socorro Pimentel, Cristiane Assis Portela, além de Darcy Ribeiro e os livros do Ministério da Educação da Secretaria de Educação Fundamental de 2002 e os Parâmetros da Educação a Educação Escolar Indígena – As Leis e a Educação Escolar Indígena, entre outros para auxiliar no desenvolvimento desse projeto monográfico.

O capítulo VII da Constituição Federal, Artigo 231 afirma que são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Por meio disso, encaixa-se a educação multidisciplinar para que os povos indígenas possam viver em meio a sociedade não-índia tendo oportunidades iguais e que possam ter o direito de manterem sua tradição, e para manter essa tradição foram criadas escolas diferenciadas.

Conforme o documento do Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Fundamental, 2002, p.24, a escola torna-se espaço onde as relações entre os conhecimentos próprios e os conhecimentos das demais culturas deve se articular, constituindo uma possibilidade de

informação e divulgação para a sociedade nacional de saberes e valores importantes até então desconhecidos desta.

E pensando nisso, através de pesquisas de campo feitas por mim na aldeia , tive a contribuição de uma grande amiga a Suzi Mauri indígena morou grande parte de sua vida na aldeia, juntamente com sua mãe Hakuti que me hospedou em sua casa , além das entrevistas importantíssimas cedidas pela diretora da escola , a Valdirene Leão Gomes, e ao cacique Raul Hawakati que é um dos principais militantes pela causa indígena no Brasil, representando a comunidade Karajá de Aruanã.

CAPÍTULO I - OS KARAJÁ : UM EXEMPLO DE RESISTÊNCIA CULTURAL

1.1 – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O objetivo central de nosso trabalho monográfico é analisar os resultados colhidos pelo projeto educacional da Escola Indígena Maurehi que atende a população indígena Karajá no município de Aruanã-GO. Analisaremos a escola enquanto estratégia de manutenção da cultura deste grupo.

Neste primeiro capítulo, realizaremos uma contextualização histórica da trajetória dos índios Karajá durante o contato com a sociedade envolvente, no século XVIII e XIX, a catequese imposta e a busca de uma educação necessária. Primeiramente, discursaremos sobre os povos Karajá, nos capítulos posteriores abordaremos o projeto que deu origem á escola e por fim sobre a disciplina Iny Rubé que é a ligação entre a cultura índia e a cultura não- índia.

Em nosso trabalho não falaremos dos Positivistas do serviço de proteção ao índio, que serão citados no terceiro capítulo ,nossa proposta girará em torno de analisarmos o ensino catequético como elemento imposto , e demonstrando através da criação da Escola Indígena , a luta dos moradores dessa aldeia do interior do Estado de Goiás.

1.2 – BREVE HISTÓRICO ACERCA DOS KARAJÁ

O grupo Karajá aqui estudado encontra-se na cidade de Aruanã localizada no interior de Goiás com uma população de aproximadamente 6.405 mil habitantes, segundo dados do IBGE (2007)¹, na beira do rio Araguaia, exatamente no centro da cidade , em uma aldeia chamada Buridina, encurralada entre a “civilização” e as águas do rio.

¹ Os dados do IBGE não especificam índios de não-índios, essa é a soma total da população aruanense

Os Karajá são parte de um grupo étnico dividido em três subgrupos: Karajá, Javaé e Xambioá, que fazem parte de uma mesma família lingüística (MELATTI, 1993). O povo Karajá, se autodenomina Iny e pertence ao tronco lingüístico Macro- Jê. São habitantes das margens do rio Araguaia nos Estados de Goiás, Tocantins e Mato Grosso. Vivem hoje distribuídos em 29 aldeias, desde Aruanã- Goiás até Santana do Araguaia. Juntas essas aldeias constituem uma população de mais ou menos 2.500 pessoas, concentrando-se em sua maior parte, na Ilha do Bananal, que é reserva indígena desde a década de 1970. (PORTELA, 2006)

Ainda segundo Portela,

“Os Karajá de Aruanã tem uma longa convivência com a Sociedade Nacional o que, no entanto, não os impediu em manter parte de seus costumes tradicionais do grupo como: a língua nativa, as bonecas de cerâmica, as pescarias familiares, os rituais como a Festa de Aruanã e da Casa Grande (Hetohoky), os enfeites plumários, a cestaria e artesanato em madeira e ainda as pinturas corporais, como os característicos dois círculos na face.” (PORTELA,2006)

As doenças e os novos hábitos que lhes foram impostos levaram a uma drástica redução populacional. A amarga experiência dos primeiros contatos e as crueldades praticadas contra os Karajá pelas guarnições dos presídios estabelecidos no Araguaia fizeram deles tradicionais inimigos destes estabelecimentos militares. De acordo com ROCHA ,os conflitos desses índios com guarnições militares, notadamente com aquelas sediadas no presídio de Santa Maria ocorreram frequentemente durante todo o século XIX. (ROCHA, 1998).

Ocorreu nas primeiras expedições que ocasionaram esses primeiros contatos, a contratação de um sertanista que teria a função de pacificar os índios com ordens de jamais maltratá-los. Não foi fácil a tentativa de aproximação oficial com os Karajá. Aliás, segundo Portela, o juramento de vassalagem ao rei de Portugal por um cacique Karajá só foi feito depois de convencê-los de que não seriam escravizados ou mortos, conforme teria ocorrido em uma expedição anterior conduzida por Antonio Pires Campos em 1684, tendo sido esse fato narrado com pesar pelo referido líder Karajá. (PORTELA, 2006)

Artiaga descreve em *seu livro “Dos índios do Brasil Central”* a aproximação com os Karajá revelando as técnicas utilizadas para estabelecer um contato pacífico (presentes e interprete) e demonstrando a desconfiança dos índios em relação aos não-índios nesse momento,

conta que a expedição entrou e logo depois de encontrarem com os indígenas que segundo ele viviam em seis aldeias e possuíam 2.000 arcos de guerra. Estes com muita desconfiança por já terem sido vítimas de atrocidades por parte dos não-índios, o chefe da aldeia sabia um pouco de português e recebia cartas do governador prometendo paz e ajuda, a índia que a expedição conduziu como intérprete era parente dos índios presentes e se chamava Xuanaupia. Foi um excelente chamarisco utilizado por José Pinto, porque os índios entraram em confabulações e se interessaram pelas narrações da índia a respeito da vida, usos, costumes, alimentação e prazeres da vida na sociedade. (ARTIAGA, 1948)

Artiaga conta ainda que apesar das ofertas tentadoras feitas ao cacique e sua gente, para virem viver em Goyaz, não houve da parte das tribos demonstração alguma de confiança. Tanto haviam eles sofrido com os Pires de Campos e com os portugueses e bandeirantes, que seria mesmo difícil restabelecer amizade ou simpatia com aqueles cristãos desumanos. Através desse discurso, percebemos que depois de algumas tentativas de serem escravizados, os indígenas tiveram grande resistência e não se entregaram facilmente, porém foram convencidos a cederem pacificamente através da troca, como fizeram os portugueses quando chegaram ao Brasil, assim fizeram os “desbravadores” das terras de Buridina.

Segundo Chaim a partir de 1750, através das ações compreendidas pelo ministro português, Marques de Pombal, objetiva-se dar um novo rumo a política indigenista: “ao invés de conservar o índio segregado, como pretendiam os jesuítas, Pombal objetivava transformá-los cidadãos ativos na tarefa de povoamento, através da sua integração na comunidade”. Em Goiás, essas novas diretrizes serão materializadas através dos aldeamentos indígenas, conforme afirma Chaim,

“A tese jesuítica de liberdade do índio, da necessidade de educá-lo e prepará-lo para a vida civilizada, foi aplicada em Goiás nos aldeamentos oficiais. De outro lado, a concentração da silvícola em povoações administradas por leigos que deveriam zelar pela sua educação e interesse, sem, contudo, separá-lo da comunidade colonial- haja a vista a obrigatoriedade da ministração da língua portuguesa- e a permissão á utilização do índio como trabalhador assalariado (eram fatores que atendiam) as antigas reivindicações dos colonos e fomentava maior integração entre as duas categorias de população”.(CHAIM, 1974: p.79)

Podemos dizer que os jesuítas foram os primeiros “educadores” do país , trazendo costumes completamente desconhecidos dos nossos habitantes nativos, como a língua, vestimentas, religião , alimentação, etc. Chegaram no interior do Brasil e viram nativos que andam nus , moram na beira da praia e falavam línguas desconhecidas.

Darcy Ribeiro em seu livro *Os índios e a civilização- a integração das populações indígenas no Brasil moderno*, descreve sobre a catequese;

[...] A catequese era defendida em nome da “experiência secular e única dos missionários, no tratamento dos problemas indígenas”. (p.151). [...]os clérigos enviados as províncias eram totalmente inqualificados para os misteres da catequese que pouco depois se desmoralizaram perante índios e civilizados.(p.152).

[...] Deu-se o mesmo com os dominicanos que se propuseram catequizar os Kayapó meridionais, os Karajá , os Xerente e os Krahô do Tocantins. [...].

(RIBEIRO, 1996 p. 152)

Os europeus tomavam sua cultura como “melhor”, “civilizada” e usavam o grande poder da Igreja na época para assim “domesticar” os “selvagens”, pois para eles , os nativos brasileiros eram seres humanos que viviam como animais, em pecado.

Segundo Artiaga (1942) , os índios Karajá prestaram serviços valiosos ao tempo da navegação, como empregados do trafego, das oficinas, do trapiche, assim como auxiliaram com o transporte de cargas em lombo de burros e carros de bois, de Leopoldina a Goiaz, por estrada carreira, que singrava os chapadões do Lambari, Vermelho, Ferreiro, Piedade, Boa Vista, Bugre até Goiaz.

Segundo Gallais, enquanto construía-se o Presídio em Aruanã , antiga Leopoldina , também ao mesmo tempo era criado em 1871 o colégio Santa Isabel, no qual se propunha educar ,á custa do governo, “*crianças Araguaia*”, também afirmava que ;

O colégio que deveria Fornecer á colonização um contingente precioso tirado da população indígena, não deu os resultados que se esperavam. Entre *de ambos os sexos oriundas das diferentes tribos selvagens que povoavam o vale do* disso ou por qualquer outro motivo, os pais recusaram-se de mandar as crianças para lá. Quase todos os que sobreviveram apressaram-se logo que saíram do colégio a voltar para as suas florestas , retomaram sua vida selvagem condimentando-a com alguns vícios a mais.(Gallais, 1942).

O Colégio Santa Isabel foi fundado com o propósito de inserir as crianças indígenas oriundas da região do Vale do Rio Araguaia, na expectativa de fazer com que eles se tornassem “trabalhadores” e eram chamados de *trabalhadores nacionais*, com o objetivo de mediar as relações entre as diversas etnias e a sociedade envolvente. Mediante a educação das novas gerações, em sistema de internato, o governo esperava incorporar á cultura colonizadora, progressivamente, os indígenas que ainda viviam em aldeias e resistiam ao avanço das frentes de ocupação territorial. (Marin, 2009)

Segundo Marin, o idealizador do colégio Santa Isabel foi o general Couto de Magalhães, diretor na época, dos Serviços de Catequese e Navegação do Araguaia, órgão vinculado á secretaria de Estado dos Negócios de Agricultura, Comércio e Obras Públicas da Província de Goiás. A infância era percebida como a fase da vida mais adequada para impor o processo educacional proposto pelo colonizador, porque era um momento em que ainda era possível romper com a identidade autóctone, uma vez que certos hábitos, práticas e valores não haviam se solidificado, o que tornavam oportunas as transformações de esvaziamento cultural, por consequência disso afirma Marin;

Todas as crianças que ingressavam no Colégio Isabel eram batizadas, recebiam outros nomes e participavam de rituais para impor uma nova identidade, como se tivessem nascido outra vez. O batismo estendia o reconhecimento de cristão aos índios, pois era o sinal que o branco lhes dava para atingir o estatuto humano. Assim, os índios afastavam-se da classificação de animal selvagem, ao mesmo tempo em que se protegiam contra as costumeiras investidas violentas dos colonizadores. (Marin, 2009)

No Colégio Santa Isabel ingressaram índios de vários grupo étnicos da região. Dentre os 41 alunos registrados em 1878, vinte eram Kaiapó, doze Tapirapé, cinco Karajá, dois Xavante e dois Gorotiré. Algumas crianças das etnias Guajajara, Pivoca e Xerente também foram matriculadas. Em face da diminuição de crianças indígenas, a partir do ano de 1879, o colégio passou a admitir algumas crianças nacionais, com o propalado objetivo de aumentar o

intercambio cultural entre indígenas e civilizados – “meninos cristãos, indigentes, destinados a miséria e a ignorância”, segundo o governo.

Esperava-se no Colégio Santa Isabel, segundo Marin, que essas crianças aprendessem a ler, a escrever e a trabalhar as oficinas, bem como falar as línguas indígenas, na interação cotidiana com os outros aprendizes. Dessa socialização, os governantes acreditavam que se poderiam formar catequistas instruídos na relação com os indígenas, no conhecimento de seus hábitos e comprometidos com a importante missão civilizatória. (Marin, 2009)

A educação transmitida pelo Colégio Santa Isabel não criou condições para que seus “educandos” tivessem posições sociais semelhantes às dos colonizadores; pelo contrário, ainda segundo Marin, preparava os indígenas para um espaço às margens da sociedade. A pedagogia utilizada disseminou entre seus alunos o conceito de inferioridade da cultura indígena, para que eles se sentissem envergonhados de seu povo, de suas origens, de suas tradições e passassem adotar traços dos modos de vida do homem civilizado. (Marin, 2009)

Essa foi a primeira tentativa de “educar” os indígenas. Na década de 1940, segundo ROCHA, a aldeia Buridina era apontada como a maior aldeia entre as aldeias Karajá, a partir dessa década vieram as doenças ,através do contato com os não-índios , além de divergências internas e pressão territorial das frentes agropastoris e do crescente núcleo urbano de Aruanã que fizeram com que o numero de indígenas fosse reduzido, conseqüências do contato (índio- não-índio). No caso dos Karajá de Aruanã a escola Santa Isabel foi a maneira encontrada para inserir os indígenas na cultura do colonizador, a dita cultura “civilizada”, o que pode parecer um pensamento arcaico ainda nos dias de hoje ouvimos as pessoas se referirem aos indígenas como selvagens.

Na década de 1980 há uma intensificação no turismo em Aruanã , a cidade fica lotada de turistas em feriados e fins de semana além do mês de Julho quando as praias aparecem e chegam as férias. A população indígena fica exposta a miséria, a prostituição e ao alcoolismo. (ROCHA, 2008). Através do contato, alguns costumes foram sendo substituídos e a tradição foi deixada de lado para que se aderisse os costumes não-índios, resultado da invasão cultural sofrida pela aldeia, o forte contato com a cidade e até mesmo a intensificação do turismo na cidade. Pensando-se nisso lideranças da aldeia Buridina no início da década de 1990 encabeçam o Projeto Indígena Maurehi com objetivo de manter a cultura Karajá sem deixar de lado a convivência com a cultura não-india.

Segundo Portela 2006, a comunidade da aldeia Buridina se auto-denomina *Buridina Mahãdu* (povo de Buridina) e é hoje constituída por 120 pessoas entre indígenas e conjugues *tori* (não-indios), que moram na aldeia na cidade de Aruanã. (PORTELA 2006, pg. 14) Os Karajá de Aruanã buscam a manutenção da cultura passando para seus descendentes sua história, língua e costumes, interagindo com o mundo do não-índio, lutando pelos direitos da terra e respeito de sua cultura como identidade brasileira.

Na imagem abaixo percebemos o espaço cidade x aldeia está dividido, a cidade na verdade cerca e encurrala a aldeia, pois do outro lado está o Rio Araguaia.



Fotografia: A aldeia Buridina e a cidade de Aruanã

Fonte: trabalho de campo, 2010. Natália Rita

A foto acima demonstra como a aldeia fica cercada pela “civilização”. Ela está dentro da cidade, nesse caso é impossível que não haja uma mistura de culturas como o casamento de índios e não-índios, o que é muito comum devido a proximidade dos povos. Para que os indígenas possam viver em duas culturas foi criado o Projeto Indígena Maurehi com o intuito de manter a cultura Karajá , não deixar que ela seja esquecida ao mesmo tempo em que se aprende as disciplinas curriculares de uma escola não-índia.

CAPÍTULO II

2.1 O PROJETO DE EDUCAÇÃO E CULTURA INDÍGENA MAUREHI

Será apresentado neste capítulo a criação do projeto Indígena Maurehi como percussor de manutenção da cultura indígena . O nome do projeto homenageia o Cacique Maurehi, tomado como ícone da resistência dos Karajá de Aruanã, foi figura paterna apesar de não ter tido filhos, para muitos, sempre lembrado por seu incentivo á manutenção da língua e da cultura tradicional Karajá. O Projeto deu origem a Escola Estadual Indígena Maurehi e o centro cultural Maurehi, esse centro é um museu que se encontra na entrada da aldeia ao lado do Colégio Estadual Dom Cândido Penso.O museu comporta uma loja de artesanato, um museu da cultura Karajá e uma exposição permanente de fotos da aldeia. O artesanato exposto para venda é dividido por famílias, envolvendo quase todos os membros na produção de acordo com a especialidade de cada um (flechas, cerâmicas, colares) .(PORTELA 2006)

A preocupação dos karajá de Buridina com a preservação e manutenção de sua cultura se deu a partir da década de 1980 com a intensificação do turismo no Araguaia, os investimentos turísticos na cidade de Aruanã, como pousadas, hotéis e guarda – barcos, trouxeram grandes transformações na vida de seus moradores, as praias e as ruas ficam lotadas de turistas durante toda a temporada de julho e feriados, a comunidade passa a ser vinculada a população envolvente com casos de criminalidade relacionado com altos níveis de alcoolismo, prostituição e miséria extrema na aldeia. Em 1986, a Funai realizou visitas técnicas para analisar a situação dos Karajá. Nesse período os Karajá freqüentavam a Escola Estadual Dom Candido Penso, mas a evasão era alta e nenhum índio havia concluído o curso ginásial. (ROCHA, 2008).

A promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988 foi um marco na redefinição das relações entre o Estado brasileiro e as sociedades indígenas. A Constituição assegurou às comunidades indígenas o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, devendo o Estado proteger as manifestações culturais dos índios. Desta forma, fica garantido às comunidades indígenas, o acesso a uma escola com características específicas, que busque a valorização do conhecimento

tradicional vigente em seu meio, ao mesmo tempo que lhes forneça instrumentos necessários para enfrentar o contato com outras sociedades.

[...] São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

(Art.231 – Cap. VIII ,Constituição da República Federativa do Brasil)

Diante de todo o processo do contato intenso da aldeia de Buridina com a cidade, em 1991, o atual cacique Raul Hawakati, enviou uma carta para o presidente da Funai Sidney Possuelo solicitando providências para a garantia da terra e o apoio a preservação da língua karajá,

[...] Desde muito tempo que vivemos nessa área. A cidade aos poucos tomou nossa terra. Nosso cemitério foi violentado. Nossos parentes mortos foram jogados no rio e nem mais temos o direito de enterrar nossa gente como faziam os velhos...[...] Queremos uma nossa terra para plantar e um professor para ensinar nossa língua para as crianças (Carta do cacique Raul Hawakati (1991) / PORTELA 2006)

Em resposta á solicitação feita por Hawakati de “*um professor para ensinar nossas crianças*” , e também atendendo os pedidos constantes do cacique Maurehi, grande liderança que faleceu em 1992, e que sempre reafirmava a importância de “revitalizar a língua e a cultura” dos Karajá de Buridina, iniciam-se as discussões acerca da implantação de um projeto de educação que viesse atender os anseios da comunidade. As discussões foram coordenadas pelo Departamento de Educação da Funai, através da professora Maria do Socorro Pimentel da Silva.

Através da parceria entre a aldeia Buridina, a Funai e o Museu Antropológico (UFG), origina-se o Projeto de Educação e Cultura Indígena Maurehi que tem como objetivo central, reconstituir as esferas de uso social da língua Karajá e da cultura tradicional. (PORTELA 2006).



Fotografia: Centro Cultural Indígena Maurehi

Fonte: trabalho de campo, 2010. Natália Rita



Fotografia: artesanato exposto no Centro Cultural Indígena Maurehi

Fonte: trabalho de campo, 2010. Natália Rita

As fotos acima são do Centro Cultural Indígena Maurehi, onde , como já foi dito anteriormente, comporta o artesanato , o museu , e a exposição de fotos da aldeia. O espaço encontra-se na entrada da aldeia e tem livre acesso aos turistas que compram o artesanato indígena. As famílias da aldeia produzem e dividem o trabalho de acordo com suas especialidades, uns fazem colares, outros flechas e assim por diante. O grande responsável pela manutenção do centro é o cacique Raul Hawakati .



Fotografia: cacique Raul Hawakati e o artesanato indígena

Fonte: trabalho de campo, 2010. Natália Rita

2.2 A ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA MAUREHI

A Escola Indígena Maurehi funciona desde 1995, sendo uma escola bilíngüe, onde inicialmente foram oferecidas aulas de língua Karajá para as crianças, de Língua Portuguesa para os adultos não-alfabetizados e para o acompanhamento escolar de crianças que estudavam em turno contrário na escola da cidade. (PORTELA 2006). O contato de índios e não-índios, fizeram com que os jovens fossem perdendo o interesse pela sua própria cultura aderindo apenas a cultura imposta. O currículo pedagógico, articulado segundo núcleos temáticos, propõe um ensino não compartimentalizado, se diferenciando bastante da escola convencional. Além do ensino das línguas, acontecem aulas de artesanato, cerâmica e pintura tradicional; sendo que o material produzido, é exposto na loja de artesanato ou enviado para a biblioteca Kuabiru (espaço dentro da escola) como material didático para serem usados em outras aulas.

A escola foi reconhecida como Escola Estadual no ano de 2004, e iniciou o ensino seriado em 2005, com turmas de alfabetização, 1ª e 2ª séries do Ensino Fundamental. A implantação da escola seriada aparenta corresponder parcialmente ao interesse dos índios da aldeia, já que houve um aumento significativo da presença de crianças na escola da aldeia (o que não acontecia anteriormente), recebendo inclusive, crianças Karajá que atualmente estão morando no centro urbano fora da aldeia. Apesar disso a autonomia que antes possuíam na condução do projeto vem sendo limitada, devido às exigências da Secretaria de Educação do Estado de Goiás. Como fatores positivos estão a contratação de professores e o auxílio material (lanche e materiais escolares), por outro lado, as concepções sobre educação para índios e não-índios destoam completamente, havendo uma dificuldade em conduzir as atividades de maneira satisfatória. (PORTELA, 2006)

A escola funciona em dois turnos, vespertino e noturno, no vespertino há a educação infantil, 1ª e 2ª séries do ensino básico e a 5ª série do ensino fundamental, contando com 16 alunos nesse período, já no noturno funciona o EJA com 18 alunos no total das etapas.



Fotografia: Escola Estadual Indígena Maurehi

Fonte: trabalho de campo, 2010. Natália Rita



Fotografia: alunos das 1ª e 2ª séries primárias – multisseriado – sala mista (meninos e meninas)

Fonte: trabalho de campo, 2010. Natália Rita



Fotografia: professora Deuza levando os alunos para o beira do rio Araguaia .

Fonte: trabalho de campo, 2010. Natália Rita.

CAPÍTULO III - A DISCIPLINA INY RUBÉ

3.1-A REVITALIZAÇÃO DA CULTURA KARAJÁ ATRAVÉS DE UMA DISCIPLINA ESCOLAR: INY RUBÉ

O Brasil vive, nesse momento, o ápice de um movimento iniciado a pelo menos 25 anos. Seu objetivo: a transformação da escola das aldeias, historicamente destinadas á “civilização” dos índios, em um lugar do e para o exercício indígena da autonomia. Seus atores principais: povos, professores e líderes indígenas, muitos hoje organizados em associações locais ou supralocais que surgem em um ritmo e numa intensidade nunca antes conhecidos. Em diálogo estreito com eles, na vivência compartilhada de experiências concretas de construção de escolas diferenciadas e na elaboração de reflexões sistemáticas sobre esses processos, estão profissionais não-índios ligados a ONGs e universidades. (SILVA , 2001).

Com a Constituição de 1988, assegurou-se aos índios do Brasil o direito de permanecerem índios , isto é, de permanecerem eles mesmos, com suas línguas, culturas e tradições. Ao reconhecer que os índios poderiam utilizar suas línguas maternas e seus processos de aprendizagem na educação escolar, instituiu-se a possibilidade de a escola indígena contribuir para o processo de afirmação étnica e cultural desses povos, deixando de ser um dos principais veículos de assimilação e integração. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO /2002)

Segundo o Ministério da Educação, no Brasil, desde o século XVI, a oferta de programas de educação escolar ás comunidades indígenas esteve pautada pela catequização, civilização e integração forçada dos índios á sociedade nacional. Dos missionários jesuítas aos positivistas do Serviço de Proteção aos Índios, do ensino catequético ao ensino bilíngüe a tônica foi uma só: negar a diferença, assimilar os índios, fazer com que eles se transformassem em algo diferente do que eram. Nesse processo, a instituição da escola entre grupos indígenas serviu de instrumento de imposição de valores alheios e negação de identidades e culturas diferentes.(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2002)

Só em anos recentes esse quadro começou a mudar. Grupos organizados da sociedade civil passam a trabalhar junto com comunidades indígenas, buscando alternativas á submissão desse grupos, como a garantia de seus territórios e formas menos violentas de relacionamento entre essas populações e outros segmentos da sociedade nacional. A escola entre grupos indígenas ganhou, então, um novo significado e um novo sentido, como meio para assegurar o

acesso a conhecimentos gerar sem precisar negar as especificidades culturais e a identidade desses grupos. Diferentes experiências surgiram em varias regiões do Brasil, construindo projetos educacionais específicos à realidade sociocultural e histórica de determinados grupos indígenas, praticando a interculturalidade e o bilingüismo e adequando-se ao seu projeto futuro. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/2002)

A Escola Estadual Indígena Maurehi , foi criada através do projeto Indígena Maurehi, como já foi dito nos capítulos anteriores e possui uma disciplina diferenciada onde os alunos aprendem a língua e a cultura Karajá, como a pesca e a caça para os meninos e o artesanato para as meninas, devido a diferenciação da língua e as diferentes atividades ,há dois professores que ministram a disciplina Iny Rubé , que é o professor Renan para os meninos e a professora Xiru para as meninas, ambos moradores da aldeia, indígenas , pai e filha.Essa disciplina é um exemplo de valorização da cultura Karajá dentro da aldeia Buridina. (Entrevista com Vandirene diretora da escola indígena, 2010)

A necessidade de uma professora para as meninas e de um professor para os meninos , justifica-se porque a língua tem suas diferenciações do masculino para o feminino, a fala muda um pouco, e também devido as atividades das meninas serem diferentes da dos meninos , as meninas ficam com a parte do artesanato e os meninos da caça e da pesca.

O cacique Raul em sua entrevista cedida a nosso trabalho discorre a dificuldade dos jovens em aprender as tradições indígenas , que estava se perdendo e através dessa disciplina estão sendo resgatada :

[...] porque ele sempre falava assim pra mim (o avô), a história vai se desenvolvendo através do conhecimento da geração passada e nunca da atual...então a gente vai se atualizando o passado como foi, do conhecimento cultural, do conhecimento dele, nunca deixar morrer, e o jovem de hoje tinha muita idéia, que eu ouvia na reunião, de quem vive de passado é museu...só que sem conhecimento, então eu pensei comigo mesmo, que nosso conhecimento vem assim de geração a geração, dos tataravô até chegar no neto. (Entrevista cedida pelo cacique Raul Hawakati)

As aulas de Iny Rubé são as preferidas entre as crianças, segundo a diretora Valdirene Leão Gomes, são ministradas geralmente ao ar livre e com muita dinâmica, abaixo temos fotografias tiradas por mim durante a pesquisa de campo feita com a escola:



Fotografia: meninas aprendendo o artesanato Karajá

Fonte: trabalho de campo, 2010. Natália Rita.

As meninas fazem o artesanato que aprenderam na escola que depois é exposto no Museu Indígena Maurehi que se encontra na entrada da aldeia Buridina. Essa aula foi uma aula mista (meninos e meninas), onde os meninos também se divertiam aprendendo o artesanato. A aula foi ministrada no rancho , um espaço que fica no centro da aldeia, contado com 19 alunos entre meninos e meninas. Estão aprendendo a fazer móveis com palha, miçanga e linha de anzol. A aula foi ministrada pela professora Kuaxiru, mais conhecida como Xiru pelas crianças. Houve participação total dos alunos.



Fotografia: professora Xiru ensinando o artesanato indígena para as crianças.

Fonte: trabalho de campo, 2010. Natália Rita.



Fotografia: primeira etapa da disciplina Iny Rubé, professor Renan ensinando a língua Karajá para os meninos.

Fonte: trabalho de campo, 2010. Natália Rita.

O professor Renan ministra as aulas de Iny Rubé para os meninos em duas etapas, no primeiro momento os meninos aprendem a fazer as pinturas Karajá enquanto aprendem a língua falando os traços das pinturas em Karajá junto com o professor. Em um segundo momento os alunos são levados para fora da sala de aula onde o professor coloca um peixe de madeira amarrado em uma corda e os alunos tentam acertar com arco e flecha os peixinhos fictícios ao mesmo tempo que têm que pronunciar os nomes dos peixes em Karajá. Muita dinâmica entorno do ensino da cultura com participação total dos alunos.



Fotografia: segunda etapa, professor Renan ensinando os meninos a pescar com arco e flecha, enquanto tentam pegar o peixe fictício os alunos devem pronunciar os nomes dos peixes na língua Karajá. .

Fonte: trabalho de campo, 2010. Natália Rita.

3.2– OS RESULTADOS COLHIDOS ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DA ESCOLA ÍNDIGENA MAUREHI

Entrevistamos a diretora da Escola Indígena Maurehi, a professora Valdirene Gomes , de nome indígena Mahutiké que está na direção da escola desde 2009, ela nos fala dos resultados e das dificuldades que a escola sofre como o descaso do governo com a escola.

[...] é uma experiência muito grande em estar ajudando meu povo no resgate a cultura, de está a frente da escola, da direção da escola. É uma escola diferenciada, é um sonho do meu tio, finado Jacinto Maurehi. O colégio funciona do jardim ao sexto ano e á noite com o EJA, com jovens e adultos, e passa sérias dificuldades com certeza, muita dificuldade do termo é...de termos o direito...de tá...da subsecretaria, tá ajudando mesmo, de ser reconhecida, porque fala só no papel, mas na verdade o governo não ajuda tanto, não reconhece que a escola é uma escola diferenciada pra poder tá ajudando com equipamento, por exemplo, no ano passado nós não tínhamos uma impressora, não tínhamos uma geladeira, não temos um bebedouro na escola, começou a construção e está inacabada até hoje. Já em dois anos que começou a construção das salas e tem dias que tem que tirar meus alunos porque tá chovendo, então eu acho essas coisas assim o governo tem que tá ajudando mais. (Entrevista cedida pela diretora da escola, Valdirene Gomes, 2010)

Além do descaso do governo , os professores indígenas ganham menos do que os professores não-indios, Valdirene também reclama que o descaso é só com a escola indígena, porque o Colégio Estadual Dom Cândido Penso que fica bem próximo a escola indígena recebe todo apoio do governo:

[...] O Dom Cândido que é do Estado aqui próximo, que praticamente tem tudo, o governo ajuda em tudo, né, nossa escola é meio que esquecida.[...] e os meninos estão gostando e estão aprendendo, que é como eu já disse n início, o sonho do meu tio, o medo de como já tá misturando muito de perder né...de esquecer né,o artesanato, a fala Karajá, então a gente tá trabalhando com isso, de tá buscando mesmo que nem a gente vai e faz nossas viagens pros nossos parentes em Santa Isabel, em Fontoura, pra os meninos poder ta conhecendo a realidade de uma aldeia tradicional, porque já falo que a nossa perdeu muito.[...] Então a gente tá trabalhando e estamos na expectativa de coisas melhores, a gente ta buscando, ta indo né, na subsecretaria de Goiás e de Goiânia e verificando porque o salário dos indígenas é muito diferenciado dos brancos,

é menos sabe, mesmo eles tendo curso superior, a diferença é muito grande, temos indo nas conferências e falando das dificuldades, porque Tocantins e Mato Grosso paga bem o professor e o diretor, porque aqui em Goiás é um sacrifício.(Entrevista cedida pela diretora da escola Valdirene Gomes, 2010)

A Portaria nº 559/91 estabelece a criação de Núcleos de Educação Escolar Indígena (Neis) nas Secretarias Estaduais de Educação, de caráter interinstitucional com representações de entidades indígenas e com atuação na Educação Escolar Indígena. Define com prioridade a formação de professores índios e de pessoal técnico das instituições para a prática pedagógica , indicando que os professores índios devem receber a mesma remuneração dos demais professores. Além disso são estabelecidas as condições para a regulamentação das escolas indígenas no que se refere ao calendário escolar, á metodologia e a avaliação de materiais didáticos adequados á realidade sociocultural de cada sociedade indígena. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/2001)

Para que as escolas indígenas sejam respeitadas de fato e possam oferecer uma educação escolar verdadeiramente especifica e intercultural, integradas ao cotidiano das comunidades indígenas, torna-se necessária a criação da categoria Escola Indígena nos sistemas de ensino do País. Por meio dessa categoria , será possível assegurar ás escolas indígenas autonomia , tanto no que se refere ao projeto pedagógico, quanto ao que se refere ao uso de recursos financeiros públicos para a manutenção do cotidiano escolar, garantindo a plena participação de cada comunidade indígena nas decisões relativas ao funcionamento da escola. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/2001)

Todos os recursos foram aprovados através da luta dessa população indígena , que ao ver sua cultura sendo dizimada ,seja pelo desinteresse dos jovens que em contato com os não-índios sofreram preconceitos e sendo marginalizados na sociedade, seja pela violência sofrida pelos desbravadores, ou mesmo pela urbanização, não desistiram e hoje há a Escola Estadual Indígena Maurehi como sinônimo de luta dessa população.

Hoje os problemas são outros, entre eles, a busca pelas melhores condições na educação indígena, que vive um descaso pelo governo, a luta continua através das reuniões onde o cacique , a diretora da escola e algumas pessoas da aldeia participam na intenção de garantir o direito indígena.

CONCLUSÃO

Esse trabalho teve o intuito de demonstrar a importância da criação da escola indígena na aldeia Buridina. Aqui consideramos como um exemplo de luta pela valorização de uma cultura, da cultura Karajá. A escola nasceu de um projeto que era sonho do antigo cacique , Jacinto Maurehi , que preocupado com a mistura de culturas e a adesão rápida dos jovens indígenas a cultura do não-índio, organizou várias reuniões expondo o problema fazendo com que houvesse uma maior conscientização na aldeia para que não deixassem que se perdesse a cultura tradicional.

A Escola Estadual Indígena Maurehi é um exemplo da luta pela sobrevivência de uma cultura e ainda continua lutando por melhores recursos para que as crianças indígenas tenham o melhor ensino possível , conhecendo e aprendendo a conviver em duas sociedades, a índia e a não-índia, pois esse contato é inevitável. A cidade já cresceu a ponto de cercar a aldeia, que fica espremida entre a cidade e as águas do rio Araguaia.

Espera-se que a cada dia a escola cresça mais e mais e que o governo se conscientize dando total importância e voltando o olhar para os professores e alunos de uma escola que traz de volta o orgulho para as crianças de serem Karajá , de possuírem uma cultura diferenciada.

REFERÊNCIAS

ARTIAGA, Zoroastro. *Dos índios do Brasil Central*.

CHAIM, Marivone Matos. *Os aldeamentos indígenas na capitania de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1974.

DA SILVA, Aracy Lopes. *A educação indígena entre diálogos interculturais e interdisciplinares*. São Paulo: Global, 2001.

DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Constituição: Brasília, 2008.

GALLAIS, Estevão Maria. *O apóstolo do Araguaia: Frei Gil Vilanova*. 1942.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. *A Formação de trabalhadores brasileiros: a experiência do Colégio Isabel*. 2009

MELATI, Júlio César. *Índios da América do Sul: áreas etnográficas*. Brasília, DF: UnB, 1993.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO, Secretaria do Ensino Fundamental, 2002.

PORTELA, Cristiane de Assis. *Nem Ressurgidos, Nem Emergentes: A resistência histórica dos Karajá de Buridina em Aruanã (1980-2006)*. Goiânia : 2006.

ROCHA, Leandro Mendes, e DA SILVA ,Maria do Socorro Pimentel. *Educação bilíngüe intercultural entre povos indígenas brasileiros*. Revista UFG- Universidade Federal de Goiás, 2006.

ROCHA, Leandro Mendes. *O Estado e os Índios: Goiás 1850- 1889*. UFG, Goiânia 1998.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a Civilização, a integração das populações indígenas no Brasil Moderno*. Ed. Schwarcz, São Paulo- SP , 2004.